



Chamada para candidatura a vaga de Pesquisa Jurídica - Centro de Referência de conflitos fundiários em tempos de emergência climática

O **Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos** abre uma (1) vaga **de Pesquisa Jurídica** em seu novo projeto intitulado “**Centro de Referência de Conflitos Fundiários em Tempos de Emergência Climática**”. Trata-se de parceria entre esta organização e a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do [Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania](#), consubstanciada no Termo de Fomento SNDH nº 964846/2024.

1. Sobre o projeto e a vaga

O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH) foi constituído em 1988 com a finalidade de contribuir com grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica a alcançar a efetivação de direitos humanos, sociais, culturais, ambientais e econômicos. Ao longo dos anos, a organização definiu como missão atuar para a integração e inclusão social de moradores e moradoras de cortiços, favelas e habitações precárias, pessoas em situação de rua, catadores e catadoras de materiais recicláveis, trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. Além da defesa de direitos, também é foco de ação a educação popular, o fortalecimento de articulações e a incidência em políticas públicas para garantia de direitos constitucionais.

A organização almeja constituir e consolidar um Centro de Referência em direitos humanos para favelas, ocupações, cortiços em situação de conflito fundiário, afetados pela crise ambiental, com o escopo de apoiar sua organização, a elaboração de medidas de mitigação de risco, de regularização fundiária e de enfrentamento às ameaças e violências vividas, traçando estratégias de incidência nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário por meio de atividades formativas com equipe interdisciplinar.

A vaga destina-se a pessoas da área do direito, para atuar na elaboração de diagnósticos dos territórios, junto à equipe interdisciplinar, com enfoque nas violações a direitos e procedimentos legais, participando das atividades de formação e educação em direitos, formulando estratégias de garantia de direitos e incidência junto ao Poder Público.

O trabalho tem duração de **5 meses**, entre **abril e agosto de 2026**, e remuneração mensal de **R\$ 4.266,00**. **A pessoa candidata deve ter disponibilidade para trabalho presencial ao menos duas vezes por semana, sendo um dos dias na sede do**

projeto, localizada no centro de São Paulo, e o outro em atividades de campo nos territórios atendidos pela organização.

A prestação de serviços será via Pessoa Jurídica, com a obrigatoriedade de emissão de nota fiscal na área de atuação.

2. Perfil e requisitos para candidatura

Brasileiros/as/es e estrangeiros/as/es podem se candidatar. Incentiva-se a candidatura de pessoas que se identifiquem como mulheres, pessoas negras e indígenas, periféricas e LGBTQIA+.

1. O/a/e candidato/a/e deve ter graduação completa em direito e preferencialmente inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
2. O/a/e candidato/a/e deverá dominar uma ou mais das seguintes áreas: direito administrativo, urbanístico, civil e processual civil;
3. Experiência prévia com a atuação em defesa dos direitos humanos e, especialmente, em conflitos fundiários será um diferencial.

3. Inscrição:

A pessoa interessada na vaga deve preencher sua candidatura via **Google Forms** **entre o dias 24 de março e 31 de março de 2026**, anexando os seguintes documentos:

1. Currículo;
2. Carta de apresentação de até 1500 palavras contendo as razões de interesse no projeto e suas habilidades relevantes.

As entrevistas serão agendadas no final de março para o início de trabalhos imediato no mês de abril.

Click aqui e acesse o Link para respostas:

<https://forms.gle/jMdNsPEVMKMqzQDCA>